



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 445-A, DE 2014 (Do Sr. Cleber Verde e outros)

Acrescenta os incisos XXIII e XXIV, do artigo 37 da Constituição Federal fixando parâmetros para a remuneração da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade (relator: DEP. LINCOLN PORTELA).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I – Proposta inicial

II – Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 do Texto Constitucional passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“Art. 37.

.....

XXIII – O subsídio do grau ou nível máximo da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal não será inferior a oitenta inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

(...)

XXIV – A remuneração inicial dos integrantes das carreiras contidas no inciso não será fixada em valor inferior a cinquenta e sete por cento da remuneração máxima.

Art. 2º A implementação do parâmetro remuneratório do disposto nesta Emenda Constitucional será promovida, a contar do exercício financeiro de sua publicação, no âmbito da União e do Governo do Distrito Federal, em até dois exercícios financeiros.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente Proposta de Emenda à Constituição Federal tem por objetivo fixar parâmetros para a remuneração dos servidores da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal que possuem papel fundamental e estratégico para o País e devem ter garantias e prerrogativas que resguardem estabilidade no cargo e o livre exercício de suas funções.

Portanto, a proteção e valorização dessas carreiras deverão constar na Constituição Federal para garantir uma remuneração digna e estável em favor dos seus integrantes.

A relação remuneratória entre os cargos que compõem a Carreira Policial Federal deve ser preservada como forma de manter a paz interna entre os cargos e a justiça quanto ao reconhecimento profissional e funcional através da correlação entre os vencimentos percebidos.

Também no caso da Polícia Civil do Distrito Federal, de entrelace histórico com o Departamento de Polícia Federal, já que ambas são oriundas do extinto Departamento Federal de Segurança Pública, merece inteira atenção o tratamento igualitário de reconhecimento da importância de todos os policiais civis e federais, independente da denominação atual que alcança os cargos componentes dessas carreiras.

Como os demais cargos das duas corporações já foram contempladas na Emenda 01 da PEC 443/2010, que teve sua inclusão deferida no relatório aprovado na Comissão Especial em 10 de dezembro de 2014, de autoria do Deputado Mauro Benevides, a presente proposta encerra o tratamento vencimental - em sua completude - para todos os policiais federais e civis do Distrito Federal.

A escolha dos percentuais também obedeceu à igualdade salarial histórica entre os componentes da Carreira de Auditor da Receita Federal e demais Agências Reguladoras integrantes das carreiras típicas de Estados, de nível superior do Poder Executivo e que exercem a atividade fim do órgão.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2014

Deputado Cleber Verde
PRB/MA

Proposição: PEC 0445/2014

Autor da Proposição: CLEBER VERDE E OUTROS

Data de Apresentação: 17/12/2014

Ementa: Acrescenta os incisos XXIII e XXIV, do artigo 37 da Constituição Federal, fixando parâmetros para a remuneração da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	199
Não Conferem	008
Fora do Exercício	000
Repetidas	048
Ilegíveis	001
Retiradas	000
Total	256

Confirmadas

- 1 ABELARDO CAMARINHA PSB SP
- 2 ACELINO POPÓ PRB BA
- 3 ADEMIR CAMILO PROS MG
- 4 AFONSO HAMM PP RS
- 5 ALEX CANZIANI PTB PR
- 6 ALEXANDRE LEITE DEM SP
- 7 ALEXANDRE ROSO PSB RS
- 8 ALEXANDRE SANTOS PMDB RJ
- 9 AMAURI TEIXEIRA PT BA
- 10 ANDERSON FERREIRA PR PE

11 ANDRÉ FIGUEIREDO PDT CE
12 ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG
13 ANTONIO BULHÕES PRB SP
14 ARMANDO VERGÍLIO SD GO
15 ARNALDO FARIA DE SÁ PTB SP
16 AROLDE DE OLIVEIRA PSD RJ
17 ARTUR BRUNO PT CE
18 ÁTILA LIRA PSB PI
19 BENEDITA DA SILVA PT RJ
20 BENJAMIN MARANHÃO SD PB
21 BETO MANSUR PRB SP
22 CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO
23 CARLOS MANATO SD ES
24 CARLOS SAMPAIO PSDB SP
25 CÉSAR HALUM PRB TO
26 CHICO ALENCAR PSOL RJ
27 CHICO DAS VERDURAS PRP RR
28 CHICO LOPES PCdoB CE
29 CLEBER VERDE PRB MA
30 DALVA FIGUEIREDO PT AP
31 DANIEL ALMEIDA PCdoB BA
32 DANILO FORTE PMDB CE
33 DARCÍSIO PERONDI PMDB RS
34 DAVI ALCOLUMBRE DEM AP
35 DAVI ALVES SILVA JÚNIOR PR MA
36 DÉCIO LIMA PT SC
37 DEVANIR RIBEIRO PT SP
38 DOMINGOS DUTRA SD MA
39 DOMINGOS SÁVIO PSDB MG
40 DUARTE NOGUEIRA PSDB SP
41 DUDIMAR PAXIUBA PROS PA
42 EDINHO BEZ PMDB SC
43 EDSON SILVA PROS CE
44 EDUARDO GOMES SD TO
45 ELI CORREA FILHO DEM SP
46 ELIENE LIMA PSD MT
47 ELISEU PADILHA PMDB RS
48 ERIKA KOKAY PT DF
49 ERIVELTON SANTANA PSC BA
50 EROS BIONDINI PTB MG
51 EURICO JÚNIOR PV RJ
52 FÁBIO RAMALHO PV MG
53 FÁBIO TRAD PMDB MS
54 FELIPE BORNIER PSD RJ
55 FELIPE MAIA DEM RN
56 FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PDT BA
57 FILIPE PEREIRA PSC RJ
58 FRANCISCO CHAGAS PT SP
59 FRANCISCO FLORIANO PR RJ
60 FRANCISCO PRAÇIANO PT AM
61 FRANCISCO TENÓRIO PMN AL
62 GABRIEL GUIMARÃES PT MG
63 GASTÃO VIEIRA PMDB MA
64 GEORGE HILTON PRB MG
65 GERALDO THADEU PSD MG
66 GLAUBER BRAGA PSB RJ
67 GONZAGA PATRIOTA PSB PE
68 GUILHERME MUSSI PP SP
69 GUSTAVO PETTA PCdoB SP
70 HÉLIO SANTOS PSDB MA

71 HEULER CRUVINEL PSD GO
72 HUGO MOTTA PMDB PB
73 IRINY LOPES PT ES
74 JAIR BOLSONARO PP RJ
75 JAIRO ATAÍDE DEM MG
76 JANETE ROCHA PIETÁ PT SP
77 JAQUELINE RORIZ PMN DF
78 JEAN WYLLYS PSOL RJ
79 JEFFERSON CAMPOS PSD SP
80 JÔ MORAES PCdoB MG
81 JOÃO ANANIAS PCdoB CE
82 JOÃO BITTAR DEM MG
83 JOÃO DADO SD SP
84 JOÃO MAGALHÃES PMDB MG
85 JORGE BITTAR PT RJ
86 JORGINHO MELLO PR SC
87 JOSÉ CARLOS ARAÚJO PSD BA
88 JOSÉ HUMBERTO PSD MG
89 JOSÉ NUNES PSD BA
90 JOSÉ PRIANTE PMDB PA
91 JOSIAS GOMES PT BA
92 JOSUÉ BENGTSON PTB PA
93 JÚLIO DELGADO PSB MG
94 JÚNIOR COIMBRA PMDB TO
95 LAEL VARELLA DEM MG
96 LÁZARO BOTELHO PP TO
97 LELO COIMBRA PMDB ES
98 LEONARDO MONTEIRO PT MG
99 LEONARDO QUINTÃO PMDB MG
100 LEOPOLDO MEYER PSB PR
101 LINCOLN PORTELA PR MG
102 LIRA MAIA DEM PA
103 LOURIVAL MENDES PTdoB MA
104 LUCI CHOINACKI PT SC
105 LUCIANA SANTOS PCdoB PE
106 LUCIO VIEIRA LIMA PMDB BA
107 LUIS TIBÉ PTdoB MG
108 LUIZ COUTO PT PB
109 LUIZ DE DEUS DEM BA
110 LUIZ FERNANDO FARIA PP MG
111 LUIZ NISHIMORI PR PR
112 MAGDA MOFATTO PR GO
113 MAGELA PT DF
114 MAJOR FÁBIO PROS PB
115 MANDETTA DEM MS
116 MANOEL JUNIOR PMDB PB
117 MANUEL ROSA NECA PR RJ
118 MARCELO AGUIAR DEM SP
119 MÁRCIO MARINHO PRB BA
120 MARCON PT RS
121 MARCOS MONTES PSD MG
122 MARCOS ROGÉRIO PDT RO
123 MAURO LOPES PMDB MG
124 MAURO MARIANI PMDB SC
125 MIGUEL CORRÊA PT MG
126 MILTON MONTI PR SP
127 MIRIQUINHO BATISTA PT PA
128 MIRO TEIXEIRA PROS RJ
129 NELSON MEURER PP PR
130 NILMÁRIO MIRANDA PT MG

131 NILSON PINTO PSDB PA
132 ODAIR CUNHA PT MG
133 ONOFRE SANTO AGOSTINI PSD SC
134 OSMAR SERRAGLIO PMDB PR
135 OSMAR TERRA PMDB RS
136 OTONIEL LIMA PRB SP
137 OZIEL OLIVEIRA PDT BA
138 PADRE JOÃO PT MG
139 PASTOR EURICO PSB PE
140 PAULÃO PT AL
141 PAULO FEIJÓ PR RJ
142 PAULO FOLETTO PSB ES
143 PAULO FREIRE PR SP
144 PAULO MAGALHÃES PSD BA
145 PAULO PEREIRA DA SILVA SD SP
146 PAULO RUBEM SANTIAGO PDT PE
147 PAULO TEIXEIRA PT SP
148 PAULO WAGNER PV RN
149 PEDRO CHAVES PMDB GO
150 PENNA PV SP
151 PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB AC
152 PINTO ITAMARATY PSDB MA
153 POLICARPO PT DF
154 PROFESSOR SETIMO PMDB MA
155 PROFESSORA DORINHA SEABRA REZE DEM TO
156 RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
157 REGUFFE PDT DF
158 RICARDO IZAR PSD SP
159 ROBERTO BRITTO PP BA
160 ROBERTO DE LUCENA PV SP
161 RODRIGO DE CASTRO PSDB MG
162 RODRIGO GARCIA DEM SP
163 RODRIGO MAIA DEM RJ
164 RONALDO BENEDET PMDB SC
165 RONALDO FONSECA PROS DF
166 RUBENS BUENO PPS PR
167 RUY CARNEIRO PSDB PB
168 SABINO CASTELO BRANCO PTB AM
169 SALVADOR ZIMBALDI PROS SP
170 SANDES JÚNIOR PP GO
171 SANDRO MABEL PMDB GO
172 SARAIVA FELIPE PMDB MG
173 SEBASTIÃO BALA ROCHA SD AP
174 SÉRGIO BRITO PSD BA
175 SIBÁ MACHADO PT AC
176 STEFANO AGUIAR PSB MG
177 THIAGO PEIXOTO PSD GO
178 TIRIRICA PR SP
179 TONINHO PINHEIRO PP MG
180 VALMIR ASSUNÇÃO PT BA
181 VALTENIR PEREIRA PROS MT
182 VICENTE CANDIDO PT SP
183 VILALBA PP PE
184 VITOR PAULO PRB RJ
185 VITOR PENIDO DEM MG
186 WALDENOR PEREIRA PT BA
187 WALDIR MARANHÃO PP MA
188 WASHINGTON REIS PMDB RJ
189 WELITON PRADO PT MG
190 WELLINGTON FAGUNDES PR MT

191 WELLINGTON ROBERTO PR PB
192 WEVERTON ROCHA PDT MA
193 WILLIAM DIB PSDB SP
194 WILSON FILHO PTB PB
195 WOLNEY QUEIROZ PDT PE
196 ZÉ GERALDO PT PA
197 ZÉ SILVA SD MG
198 ZEQUINHA MARINHO PSC PA
199 ZOINHO PR RJ

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

.....
**TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**
.....

**CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: *(“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; *(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003\)](#)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: [\(“Caput” do inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; [\(Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001\)](#)

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas

áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; [\(Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. [\(Inciso acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003\)](#)

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. [\(Parágrafo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. [\(Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da

administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: (“Caput” do artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

.....

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

A proposta de emenda à Constituição em apreço acrescenta os incisos XXIII e XXIV, do art. 37 da Constituição Federal fixando parâmetros para a remuneração da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.

De acordo com a proposta, o subsídio do grau ou nível máximo da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal não será inferior a oitenta inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Dispõe, ainda, a proposição que a remuneração inicial dos integrantes das carreiras contidas no inciso não será fixada em valor inferior a cinquenta e sete por cento da remuneração máxima.

Por fim, estabelece que a implementação do parâmetro remuneratório será promovida, a contar do exercício financeiro de sua publicação, no âmbito da União e do Governo do Distrito Federal, em até dois exercícios financeiros.

Na justificação, os autores argumentam que os servidores da Carreira Policial Federal e da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal “possuem papel fundamental e estratégico para o País e devem ter garantias e prerrogativas que resguardem estabilidade no cargo e o livre exercício de suas funções”.

Nesse sentido, “a proteção e valorização dessas carreiras deverão constar na Constituição Federal para garantir uma remuneração digna e estável em favor dos seus integrantes” “como forma de manter a paz interna entre os cargos e a justiça”.

A matéria vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para exame dos aspectos de admissibilidade, nos termos do dispõe a alínea b do inciso IV do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta de emenda à Constituição em foco atende aos requisitos do art. 60, § 4.º, da Constituição Federal, não se vislumbrando em suas disposições nenhuma tendência para abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

Não se verifica, também, nenhuma incompatibilidade entre as alterações ali previstas e os princípios e regras que alicerçam a o texto constitucional vigente.

Observa-se, ademais, que a matéria tratada na proposta não foi objeto de nenhuma outra que tenha sido rejeitada ou tida por prejudicada na presente sessão legislativa, não se aplicando, portanto, o impedimento de que trata o § 5.º, art. 60, da Constituição Federal.

A exigência de subscrição por, no mínimo, um terço do total de membros da Casa foi observada, contando o texto sob exame com número suficiente de assinaturas válidas.

No tocante à técnica legislativa, a fim de adequar a proposição às exigências da Lei Complementar nº 95/1998, alterada pela Lei Complementar nº 107/2001, será necessária a apresentação de emenda em momento oportuno para inserir a expressão “(NR)” ao final do dispositivo alterado.

Isto posto, e não estando o País sob estado de sítio, estado de defesa e nem intervenção federal, concluímos nosso voto no sentido da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 445, de 2014.

Sala da Comissão, em de março de 2015.

Deputado LINCOLN PORTELA
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 445/2014, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lincoln Portela, contra o voto do Deputado Alessandro Molon.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Lira - Presidente, Aguinaldo Ribeiro e Osmar Serraglio - Vice-Presidentes, Alessandro Molon, Altineu Côrtes, André Fufuca, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Bacelar, Betinho Gomes, Bruno Covas, Capitão Augusto, Chico Alencar, Cristiane Brasil, Danilo Forte, Décio Lima, Esperidião Amin, Evandro Gussi, Fausto Pinato, Felipe Maia, Giovani Cherini, Hiran Gonçalves, Jhc, João Campos, José Carlos Aleluia, José Fogaça, Júlio Delgado, Juscelino Filho, Luciano Ducci, Luiz Couto, Marcelo Aro, Marcos Rogério, Maurício Quintella Lessa, Padre João, Paulo Teixeira, Pr. Marco Feliciano, Raul Jungmann, Rogério Rosso, Ronaldo Fonseca, Rubens Pereira Júnior, Sergio Souza, Sergio Zveiter, Tadeu Alencar, Valmir Prascidelli, Wadih Damous, Daniel Almeida, Delegado Éder Mauro, Delegado Waldir, Félix Mendonça Júnior, Francisco Floriano, Glauber Braga, Gonzaga Patriota, Laudivio Carvalho, Lincoln Portela, Marcio Alvino, Marx Beltrão, Max Filho, Odelmo Leão, Pedro Cunha Lima, Professor Victório Galli, Silas Câmara, Soraya Santos e Valtenir Pereira.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2015.

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
